

Deliberação CONSEMA Normativa xx/2014
De xx de abril de 2014.

xxxª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

Define as atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de licenciamento por procedimento simplificado e informatizado, bem como autorizações.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, usando de sua competência legal, e

Considerando o artigo 3º do Decreto nº 60.329, de 02 de abril de 2014, que estabelece ser deste Conselho a competência para definir as atividades e os empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de serem licenciadas através do procedimento simplificado e informatizado;

Considerando o artigo 3º, inciso I, do Regimento Interno deste Conselho Estadual do Meio Ambiente, aprovado pela Deliberação CONSEMA 05/2010, estabelecer, dentre outras, a atribuição do CONSEMA para estabelecer normas relativas à avaliação, ao controle, à manutenção, à recuperação e à melhoria da qualidade ambiental;

Delibera:

Art. 1º - Por meio do procedimento simplificado e informatizado de que trata o Decreto nº 60.329, de 02 de abril de 2014, poderão ser licenciados pela CETESB as atividades e os empreendimentos constantes do item II, do Anexo I, da Deliberação Normativa CONSEMA nº xx/2014, quando forem atribuídas em caráter supletivo ao Estado de São Paulo por força do disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, desde que atendam, adicional e simultaneamente, às seguintes condições:

- I) ter área construída igual ou inferior a 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados);
- II) para sua implantação não implique intervenções em área de preservação permanente (APP); não realize supressão de vegetação nativa ou corte de árvores nativas isoladas, além das previstas no artigo 2º desta Deliberação;
- III) possua reserva legal instituída ou cadastro no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SP, no caso de instalação em imóvel rural;
- IV) não tenha capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP superior a 4.000 kg (quatro mil kilos);

V) não esteja localizado em Área de Proteção de Mananciais (APM) ou em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APMR) da Região Metropolitana de São Paulo;

VI) não realize queima de combustíveis sólidos ou líquidos.

Art. 2º - Poderão ser autorizadas pela CETESB, por meio de procedimento simplificado e informatizado, a supressão de vegetação nativa, o corte de árvores isoladas e a intervenção em área de preservação permanente nas seguintes hipóteses:

I) Corte de árvores nativas isoladas vivas ou mortas, fora do Bioma Cerrado, limitado a 10 árvores por propriedade, e que atenda, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) as árvores objeto de corte não estejam contíguas a fragmento de vegetação nativa;
- b) não tenha ocorrido bosqueamento da área;
- c) não haja necessidade de transporte da madeira para fora da propriedade;
- d) a propriedade esteja localizada em área urbana ou em área rural com reserva legal instituída ou registro no cadastro no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SP;
- e) informada a localização das árvores a serem suprimidas por meio de suas coordenadas geográficas.

II) Corte seletivo e/ou bosqueamento de vegetação nativa com a finalidade de abertura de picadas em propriedades rurais ou urbanas, para realização de levantamento planialtimétrico cadastral ou instalação de cerca, inclusive com intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, limitada a uma faixa de 2 metros de largura.

III) Supressão de árvores nativas isoladas ou localizadas em áreas de floresta nativa, por comunidade indígena e quilombola, para a confecção de peças artesanais e utilitárias;

IV) Obras ou intervenções para remoção e recuperação de áreas de risco, desde que solicitadas pela Prefeitura Municipal/ Defesa Civil (em área rural ou urbana), com ou sem intervenções em Área de Preservação Permanente - APP, corte de árvores nativas isoladas e/ou supressão de vegetação nativa.

V) Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, em área urbana ou rural, sem supressão de fragmento de vegetação nativa ou com

supressão de estágio pioneiro, exóticas ou de árvores nativas isoladas, e cuja soma das intervenções na APP não ultrapasse 1.000 m² por propriedade, para a implantação de:

- a) pontilhões e travessias;
- b) sistema de drenagem de águas pluviais;
- c) instalações necessárias para condução água e de efluentes tratados;
- d) acesso à água para pessoas e animais;
- e) cerca ou muro de divisa de propriedade;
- f) manutenção, melhorias e/ou ampliação de obras públicas já instaladas;
- g) recuperação de APP com o plantio de espécies nativas arbóreas.

VI) Movimentação de solo em APA para adequação topográfica em área igual ou inferior a 10.000 m², localizada em área urbana, fora de APP e sem supressão de vegetação nativa;

VII) Limpeza para manutenção de áreas em faixa de domínio da concessionária pública, incluindo intervenções em APP e/ou supressão de vegetação nativa, sem transporte de madeira para fora da área.

VIII) Implantação de rede de energia elétrica que necessite de bosqueamento ou corte seletivo de vegetação nativa (pontual ou linear) e/ou intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, limitado a uma faixa de 2 m de largura.

IX) Remoção de vegetação exótica em APP, desde que não haja supressão de vegetação nativa, para:

- a) recuperação da APP com espécies nativas, em áreas com declividade de até 25 graus;
- b) retirada de espécies exóticas invasoras para manutenção de plantios já efetuados.

Rubens Naman Rizek Junior
Secretário-Adjunto, respondendo pelo expediente
da Secretaria do Meio Ambiente
Presidente do Consema